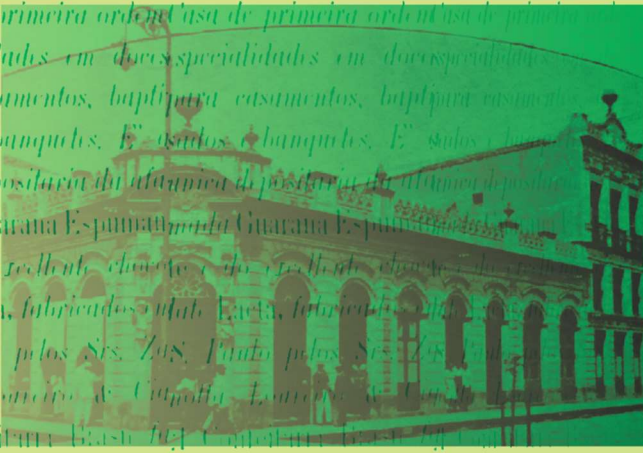




# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

*Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem*  
*especialidades em doces especialidades em doces especialidades em doces especialidades em doces*  
*para casamentos, baptipara casamentos, baptipara casamentos, baptipara casamentos*  
*sados e banquetes. E" usados e banquetes. E" usados e banquetes. E" usados e banquetes*  
*única depositária da afamada depositária da afamada depositária da afamada depositária*  
*marca Guarana Espumammarca Guarana Espumammarca Guarana Espumammarca Guarana Espumam*  
*te e do excelente chocolate e do excelente chocolate e do excelente chocolate e do excelente chocolate*  
*fab Laeta, fabricados emfab Laeta, fabricados emfab Laeta, fabricados emfab Laeta, fabricados em*  
*S. Paulo pelos Srs. ZúS, Paulo pelos Srs. ZúS, Paulo pelos Srs. ZúS, Paulo pelos Srs. ZúS*  
*molha Loureiro & Cópolla Loureiro & Cópolla Loureiro & Cópolla Loureiro & Cópolla*  
*A Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira Confeitaria Brasileira*





## Obra publicada pela

### Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal  
Vice-Reitor: Luis Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete: Aline Elias Lamas

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infra-estrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

#### CONSELHO EDITORIAL

Representante das Ciências Agrônômicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (Titular), Cesar Valmor Rombaldi (suplente) e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente) | Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelar José Strieder (titular) e Juliana Pertille da Silva (suplente) | Representante da Área das Ciências Biológicas: Raquel Ludke (suplente) | Representante da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto | Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina (titular) e Giovanni Felipe Ernst Frizzo (suplente) | Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales | Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte e Guilherme Camargo Massau (suplente) | Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva (titular) e Maristani Polidori Zamperetti (suplente)

#### INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Director: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vicari

Vice-Director: Prof. Dr. Sebastião Peres

#### NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

**HISTÓRIA EM REVISTA** – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

#### Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

#### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

#### Impresso no Brasil

Edição: 2017

ISSN – 1516-2095

#### Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.23, (dez. 2017). – Pelotas: Editora da UFPel, 2017.  
iv.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat  
Online Computer Library Center

**PEDE-SE PERMUTA  
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: [ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

**\* Obra editada e publicada em dezembro de 2017**

## **“O VELHO E O DIABO”, OU: DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE “HISTÓRIA E LITERATURA”?**

“THE OLD MAN AND THE DEVIL”, OR: WHAT DO WE TALK ABOUT WHEN WE TALK ABOUT “HISTORY AND LITERATURE”?

Luciana Murari<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à ANPUH – Rio Grande do Sul e ao Grupo de Trabalho História Cultural, na pessoa de Alice Trusz, pelo convite para essa palestra, que traduz para mim o resultado mais importante do esforço que venho realizando já há mais de duas décadas, que é o fato de que meu trabalho encontrou leitores. Particularmente, tendo começado minha carreira acadêmica fora do Rio Grande do Sul, ter meu nome lembrado para introduzir esse evento faz com que me sinta de fato incorporada à minha “pequena pátria adotiva”, e abre caminho para que essa fala seja também um exercício de autoinvestigação.

Meu trabalho pode ser resumido em torno da pesquisa e análise da produção literária brasileira sob o ponto de vista historiográfico, pensando a literatura como um veículo privilegiado para a compreensão da situação histórica do país. Busco criar uma visão abrangente da produção escrita de nossa elite letrada, ou seja, daqueles que há décadas atrás ocupavam a posição que ocupamos hoje, nós, também uma elite letrada.

Comecei essa fala apelando para as minhas mais de duas décadas de trabalho com o tema “história e literatura”, atendendo a um impulso que, a princípio, não soa muito agradável: o argumento de autoridade, no caso, a autoridade conferida pelo tempo. Mas não foi essa a minha motivação. Resolvi dar a essa fala o título “Velho e o Diabo”, em referência a um dos meus ditados favoritos: “O Diabo sabe não porque é Diabo, mas porque é velho”. Isso porque não vou dedicar meu tempo aqui a discorrer sobre as intercessões entre ficção e história segundo as diversas alternativas teóricas que referendam a presença da literatura no trabalho historiográfico, e sim para falar um pouco dos debates a que minha própria trajetória intelectual conduziu ao longo do tempo, dividindo com vocês algo da minha experiência. Gostaria de desvestir essa palavra, experiência, do seu sentido majestático e tomá-la apenas como a descrição de um caminho ao longo do tempo, destituindo o Diabo de sua aura metafísica ao traduzir sua suposta sabedoria em uma prosaica duração ao

---

<sup>1</sup> PUCRS – PPG História.

longo do tempo, ou seja, atribuindo a ele o mérito de sua persistência.

Antes de entrar no campo propriamente dito da relação entre “história e literatura”, gostaria de abordar um aspecto particular do problema, que é o fato de estarmos adentrando o campo da interdisciplinaridade. Tenho, algumas vezes, a impressão de que a melhor forma de evitar algo é falar muito a respeito desse algo, se possível convertendo-o em um refrão capaz de se impor por si só e suavizar a percepção de uma realidade francamente contrária à intenção manifesta. Eu diria que a interdisciplinaridade é um *slogan* mais necessário quanto mais disciplinar é uma estrutura acadêmica e institucional, quanto mais disciplinares são os mecanismos de ingresso na carreira acadêmica, os processos de atribuição de valor à produção, a estrutura dos cursos de formação graduada e pós-graduada e, sobretudo, quanto mais se reafirma a mentalidade corporativa, que reserva posições dentro de um sistema acadêmico altamente competitivo e politizado.

A relação entre história e literatura passa por aí, justamente porque os estudos nesse campo muitas vezes se fazem dentro de uma atribuição estrita de funções a cada uma das disciplinas, ou seja, ao que caberia a cada uma delas. A leitura do texto literário e o tratamento de seus elementos internos caberiam aos estudiosos da área de Letras. Os estudos a respeito do que está no entorno da obra, não dentro dela, seriam próprios a historiadores, e demandariam o apelo à documentação primária. A Letras verticaliza, aprofunda; a História horizontaliza, generaliza, descreve coletivos, não elementos individuais, porque ela, compelida a ir além do texto, muitas vezes não se sente autorizada a de fato ir ao texto, dentro dele. Apenas a primeira, a Letras, seria capaz de lidar com a forma, apenas a segunda, a História, com os significados sociais do texto em dado intervalo temporal. Esta divisão do trabalho é apenas uma das formas práticas de exorcizar a interdisciplinaridade dentro de nossa estrutura disciplinar de estudo e pesquisa. É necessário dizer que os melhores leitores de nossa literatura e os melhores criadores da nossa historiografia sobre o tema são justamente aqueles que ignoraram essas regras tácitas.

Gostaria de efetivamente começar a tratar do assunto que nos traz aqui pelo questionamento mais óbvio: do que falamos quando falamos de “história e literatura”. Sim, porque há muitos problemas diferentes envolvidos aí. Não pretendo constituir uma tipologia, mas vou enumerar rapidamente as abordagens que me vieram de imediato à minha cabeça:

1) a literatura como fonte para o conhecimento da história: nesse caso procuramos por informações, testemunhos e dados sobre o acontecido, o vivido, o sentido, inscritos no texto literário, como nos estudos sobre a

mentalidade e os modos de vida cortesãos compreendidos por Johann Huizinga no *Ontono da Idade Média* a partir da literatura medieval;

2) a literatura ficcional como espaço dramático, ou como leitura do real em narrativa mitopoética, afetivamente envolvida, em sua comunicação com a política, como nos é possível observar no maravilhoso estudo sobre as *Ficções de Fundação* na América Latina, de Doris Sommer;

3) a leitura histórica empreendida por uma produção literária em chave ficcional: consideramos, em tal abordagem, que a literatura também pode vir a possuir uma motivação historiográfica ou sociológica própria, constituindo, conscientemente ou não, uma interpretação da história ou do momento presente do narrador, como nos estudos de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis;

4) a literatura como uma forma de uso da linguagem similar àquela empregada pelo historiador: nesse caso, reconhecemos que a historiografia é uma forma narrativa que faz uso de instrumentos linguísticos da mesma natureza dos utilizados pela criação literária: esse é o terreno da teoria da história em sua intercessão com a teoria da literatura, como na obra de Hayden White, *A Metahistória*, ou nos escritos de Hans Robert Jauss sobre o substrato literário da escrita histórica;

5) o universo literário como objeto da pesquisa histórica: aqui, compreendemos que a literatura é um campo que experimenta, em cada contexto histórico determinado, uma configuração específica que pode ser objeto de descrição e análise. Através daí poderíamos revelar a particularidade de um *status quo* intelectual, no terreno da vida literária, do mercado livreiro, das sociabilidades e instituições letradas, dos modelos contextuais de significação da narrativa. Trata-se também, nesse caso, de investigar as inclinações político-ideológicas da construção de programas literários individuais ou coletivos, em uma circunstância cultural específica. Essa prática pode ser exemplificada por Nicolau Sevcenko em seu clássico *Literatura como missão* e pelos estudos de Anne-Marie Thiesse sobre o regionalismo literário francês, sobretudo em *Écrire la France*;

6) a percepção das convergências entre a sensibilidade literária e as visões de mundo, as percepções e as práticas em vigor em dado momento histórico, como nos estudos de Franco Moretti sobre as manifestações da mentalidade burguesa na linguagem literária do século XIX;

7) o estudo das obras literárias a partir de suas referências intelectuais, analisando o diálogo do autor com outros autores que estabeleceram

problemáticas em debate, como no estudo de Luiz Costa Lima sobre *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e meu próprio estudo sobre essa mesma obra.

Dentro de cada uma dessas vertentes existem delineamentos particulares, tratando-se de princípios teóricos, de hipóteses, de demandas metodológicas bastante distintas, embora muito constantemente sejam todas elas rotuladas como “história e literatura”. E dentro de cada uma dessas linhas, é necessário lembrar, há eixos conceituais próprios, que apontam para construções teóricas díspares: ficção, narrativa, mito, enredo, exemplaridade, verossimilhança, sensibilidade, poética, imaginário, mentalidade, discurso, apropriação, passeidade, prática, identificação, sociabilidade, historicidade, *topoi*, tropos... etc. Nem toda discussão sobre história e literatura tem que passar necessariamente por todos esses conceitos. A primeira pergunta que deve ser feita para quem se interessa por estudar história e literatura é: qual “literatura”, qual “história” e qual tipo de relação se busca investigar?

Não serei capaz de percorrer todas essas variantes, nem me interessou igualmente por todas elas. Vou me limitar aqui aos meus terrenos mais familiares, o segundo, o terceiro e o sétimo campo dentre os citados acima: a literatura como teatralização ou como representação do passado, que pode ser o presente do narrador; a literatura dotada de um propósito historiográfico próprio, que se propõe à leitura e à interpretação de uma dada dinâmica social; ou a pesquisa das fontes intelectuais da criação literária. A partir daí, gostaria de discutir com vocês alguns dos questionamentos que me faço ao realizar esse trabalho.

Entre os problemas específicos de uma historiografia baseada em fontes literárias, está a leitura do texto a partir de dentro, ou seja, está em lidar com os elementos próprios da linguagem literária. É importante manter em mente que nem toda literatura é ficcional, como não é necessariamente narrativa, embora às vezes esses dois problemas – a ficção e a narrativa – sejam tomados como sinônimos óbvios do problema da relação entre história e literatura. Esquecemos que a linguagem lírica e a literatura de não ficção – o ensaio científico e a interpretação teológica, política, sociológica, por exemplo, próprios do discurso argumentativo – também podem ser abordadas como fontes históricas privilegiadas, desde que saibamos lê-las nas particularidades de sua linguagem e seus modelos estéticos, conceituais e retóricos.

Então, o historiador que se propõe a trabalhar com obras literárias não é obrigado a lidar com o problema da ficção, a *factio*, embora esteja ainda assim no terreno da *factio*, ou seja, da construção literária. A não ficção pode apresentar ao estudioso problemas igualmente difíceis de leitura literária, sendo

o principal deles uma necessidade básica de tradução, tanto linguística quanto intercultural, o que se aplica também à ficção. Para ler e compreender Euclides da Cunha, ou Padre Vieira, devemos compreender que, em diferentes níveis, sua língua portuguesa não é a mesma de hoje, e também que por trás deles existem comunidades de referência com a qual dialogam, e modelos textuais que vão sendo apropriados e manipulados de acordo com projetos próprios, de âmbito social. Tendemos a ver a literatura do ponto de vista algo romântico da expressão individual do sujeito autônomo, mas como objeto histórico é decisivo compreendê-la como uma arena de debate. Devemos ser capazes de localizar uma obra em seu próprio horizonte intelectual, em busca de suas diversas conexões com seu tempo; e é esse o trabalho de pesquisa que necessita ser feito pelo historiador, ao levar em conta que o escritor é também ele um leitor. Seu texto dirige-se a suas fontes e a seus pares.

Trabalhar com textos literários ficcionais e narrativos tem seus problemas particulares. Questões como enredo, personagens, cenários, diálogos, simbolizações e analogias, todos os aspectos da invenção literária de um real não factual podem vir a ser instrumentos para a exegese do historiador. A obra literária trabalha dentro de uma dinâmica própria, composta segundo padrões culturalmente estabelecidos, algo que é necessário para que ela seja compreendida em seu tempo e que seja relevante em seu próprio entrelaçamento com outras. Isso não impede a inovação e não fecha o caminho para os projetos iconoclastas, que se constroem ao avesso da tradição, mas ainda em diálogo com ela.

A teoria literária pode ajudar a sofisticar a linguagem e a criar categorias mais específicas de análise. Ela pode sugerir problemas e estratégias de abordagem do texto. Mas, para mim, a importância da teoria não está em sua capacidade de criar um quadro conceitual capaz de demonstrar minha habilidade de lidar com abstrações, mas em sua capacidade de inspirar questionamentos às fontes e fornecer ferramentas analíticas. Não há substituto para a interpretação criativa, crítica e bem organizada em seus argumentos inter e intratextuais. Tampouco há receita para a pesquisa ou para a análise do texto. Algumas chaves podem ser encontradas em outras obras do mesmo autor, em textos de outros autores, em um estudo da recepção da obra, e aí está o papel da pesquisa historiográfica, o de instrumentalizar a interrogação do texto, ajudar a desmontá-lo e a romper a fronteira que o separa da constelação de textos com os quais ele dialoga. Aí se expressa uma percepção específica do real, histórico ou contemporâneo – representado literariamente pelo escritor, que pode encontrar em seu tempo e fora dele modelos ou antíteses.

Nesse processo, não podemos correr o risco de debilitar a apreciação da pesquisa, que a meu ver é a grande fonte de vitalidade do trabalho historiográfico, o espaço de onde nasce o novo, o único, o desconhecido – e que está tanto no texto quanto em sua leitura. Uma equivalente inflação de demandas em torno do dito fundamento teórico, como a marca de sua legitimidade acadêmica, seria igualmente questionável. A maior parte de nossas dissertações e teses paga seu tributo à teoria no primeiro capítulo para não ter que inseri-la na análise dos capítulos seguintes, para cuja leitura ela pode não ter muito a contribuir.

Para alguém que leciona, na pós-graduação, temas eminentemente teóricos, vejo que se trabalha, frequentemente, para vestir o resultado de uma pesquisa, ou seja, o corpo nu gestado pelo diálogo do pesquisador com suas fontes primárias e secundárias, com o pudor de um figurino teórico que possibilite a ele sair à rua. Isso pode ser apenas uma condição para o referendo acadêmico, condição necessária para permitir que nossos textos circulem, devidamente autorizados pelos pares por sua solidez conceitual, mesmo que pisando na bainha de suas calças e com o umbigo involuntariamente à mostra. Ou seja, a teoria deve constituir a substância de um trabalho, e não seu revestimento. Longe de mim adotar qualquer postura obscurantista de recusa da teoria. Como dizia Machado de Assis a propósito da retórica científica dos jovens intelectuais de sua época, “a verdadeira ciência não é a que se incrusta para ornato, mas a que se assimila para nutrição; e que o modo eficaz de mostrar que se possui um processo científico, não é proclamá-lo todos os instantes, mas aplicá-lo oportunamente.” De fato, creio que a teoria pode nos fornecer um campo de diálogo capaz de enriquecer a problematização do objeto, de inspirar a interrogação dele e de propor instrumentos práticos para o desmonte analítico da literatura. Entretanto, ela não pode sobrepor-se à matéria do próprio trabalho historiográfico, em nosso caso, o *corpus* literário.

Entre os estudantes, lado a lado com essa espécie de “angústia da teoria” corre sua irmã gêmea, a “angústia do método”, que alimenta a procura de um “manual de como fazer”. Na minha percepção, a busca do método corre o risco de se interpor ao processo exegético, distanciando o historiador de seu material de pesquisa ao buscar intermediários capazes de fazer o texto falar, como se ele não fosse capaz, por si mesmo, de falar a nós, ou como se nós não fôssemos capazes de nos comunicar com ele. Para mim, a abordagem metodológica deve se curvar à linguagem do próprio texto e aos objetivos de seu estudo. Muitas vezes, as decisões de método nascem do resultado da pesquisa, e de uma prática de tentativa e erro, em que as significações são testadas em função da referência a outros textos, mas também da análise do



texto literário em si mesmo, naquilo que ele foi capaz de nos comunicar, levando em conta as circunstâncias de sua própria construção. O problema é que, como objeto histórico, o texto literário guarda uma certa distância de nós, distância a ser enfrentada por meio da investigação interna e externa dele.

Em seus melhores momentos, o olhar desarmado pode perturbar nossa própria expectativa acerca do que podemos obter de um estudo. Lembro-me de uma excelente análise em que Regina Zilberman contrapõe Euclides da Cunha e Machado de Assis, explicitando seu estranhamento ao concluir, através da leitura, que em certo momento o conservador Machado de Assis comportava-se como um progressista, enquanto o progressista Euclides da Cunha comportava-se como conservador. Nesse caso, evidenciamos que, para um autor desavisado, a tradição historiográfica ameaçava estorvar a análise e criar um fosso entre os pressupostos e a prática, algo que demonstra uma das principais virtudes do trabalho com a história e a literatura, creio: sua abertura para novas interpretações da realidade do texto e da realidade histórica, e a liberdade de operar intercessões em que escritas diversas convergem e divergem incessantemente. Uma dessas escritas é a historiografia, a ser lida, mas não necessariamente confirmada, como observou o olhar afiado de Zilberman.

A meu ver, a angústia da metodologia não provém de outro lugar a não ser a excessiva cerimônia em relação ao texto-fonte, que conduz o estudioso a ter um cuidado extremo com ele, com a tradição universitária e com os conceitos teórico-metodológicos previamente autorizados. Isso pode impedir o leitor de tirar do texto o máximo do que ele pode oferecer por meio da interpretação atenta, ou seja, da análise dos significados através da observação do texto em seus menores detalhes. Conhecer a teoria da literatura, seus conceitos amplos e as alternativas de abordagem das obras, pode contribuir para isso, mas nada pode fazer melhor ao historiador da área que se alternar nas identidades complementares de escritor e leitor. Só observo que a leitura do historiador não é exatamente a do leitor casual, uma vez que, para esse último, a escrita pode manter vazios de sentido que não afetam a compreensão do todo. Mas, para o historiador, muitas vezes esses vazios de sentido iniciais são justamente as melhores pistas a respeito de onde está o nó interpretativo a ser desfeito, ou seja, onde está a diferença reveladora do valor de uma fonte na leitura historiográfica.

A teoria também pode ser questionada, porque cada intérprete tem que ser capaz de compreender o que atende e o que não atende ao estudo de seu objeto. Aprendemos na primeira aula de teoria da literatura que dentro do texto não existe “o autor”, existe o “narrador”, é dele a “voz” que fala no texto

literário. Com isso, o pesquisador de Letras pode encontrar uma boa justificativa para deixar a história fora do texto, se é isso que pretende. Já que não existe o autor, as condições objetivas da vida literária se veem assim dispensáveis. Referências biográficas à trajetória pessoal do escritor, o temível “biografismo”, estariam fora de cogitação. Sidney Chalhoub, em seu estudo da obra de Machado de Assis, aborda essa literatura a partir da noção do escritor como sujeito histórico, funcionário público exemplar que se expressa por meio da ficção literária, mas também da correspondência burocrática cotidiana. Não há dúvidas de que quem narra as *Memórias Póstumas* é Brás Cubas, mas quem exprime valores e críticas sociais por meio do narrador é, sem dúvida, um Machado histórico concreto a ser construído pela pesquisa.

Não foi por acaso que a manipulação da voz narrativa por Machado de Assis criou um fosso entre ele e os leitores de seu tempo, que não se aperceberam de seu conteúdo sociológico e histórico crítico, só reconhecido pelas gerações futuras. Ao contrário dele, na maior parte das obras da tradição literária brasileira, pelo menos até a primeira metade do século XX, escutamos uma voz autoconsciente que atribui sentido ao texto, conduzindo o leitor em direção à defesa de ideias ou pretendendo-se um veículo fiel à realidade. Por que tão comumente o protagonista do romance se identifica com um conjunto coerente de valores sociais, sejam estes rechaçados ou referendados por sua própria trajetória ficcional na obra? O sentido de exemplaridade é característico da literatura brasileira até pelo menos a 1ª metade do século XX, assim como é típico o detalhamento descritivo, expresso em leituras cênicas, paisagísticas ou mesmo comportamentais – o tradicional didatismo de uma literatura que exhibe, explica e pretensamente reproduz o real.

Até hoje apenas um autor me ajudou a abordar esse tema, Luiz Costa Lima, em seus estudos sobre a representação na narrativa latino-americana. Costa Lima demonstra que, desde o romantismo, a literatura brasileira assumiu um programa socialmente motivado, dedicando-se ao registro da realidade do país na diversidade de seus aspectos, em prol da promoção de um projeto nacional. O que ele denomina “*veto ao ficcional*” estabeleceu o privilégio da observação e do registro documental, traço marcante da literatura brasileira que se estende do romantismo ao realismo, ganhando continuidade na maior parte da produção do chamado “romance de trinta”. Essa narrativa realista apenas tangencia a liberdade de criação ficcional e não raramente expurga o imaginário.

A esse respeito, Paul Ricoeur escreve que os textos dotados de uma pretensão historiográfica são a manifestação mais simplista do potencial mimético da obra literária, e por isso essas seriam as fontes menos ricas para

explorar a relação entre ficcionalidade e escrita histórica. No entanto, no caso brasileiro, é isso que temos na maior parte das vezes em nossa tradição literária. Resta a nós desempenhar a tarefa de compreender os procedimentos de fato empregados para forjar essa espécie de “ficção não-ficcional”, oximoro que convida, ele mesmo, à busca de uma decifração do processo de representação do real empreendido pela maior parte de nossos antigos escritores.

Nossa tradição intelectual fez da literatura, decerto, uma linguagem descritiva, pedagógica, documental. Por um lado, tal aspecto certamente contribuiu para suavizar a fronteira entre a literatura, inclusive a de ficção, os estudos sociológicos e antropológicos, a historiografia, o texto jornalístico e a crítica literária, o que nos permite examinar a produção ficcional em diálogo direto com o ensaio social, a crítica política e mesmo o discurso jurídico e filosófico. Algumas das palavras que mais utilizo em minha pesquisa são o substantivo *ficcionalização* e o verbo *ficcionalizar*. Esse é um elemento da produção intelectual do país que a leitura literária e historiográfica evidencia: a imediata conversão do diagnóstico histórico em enredos nos quais, além da “cor local” – elementos informativos sobre a paisagem, os hábitos, os costumes, os tipos populares, as práticas sociais, do ponto de vista do “pitoresco” – os personagens representam situações reveladoras de conflitos sociais, sobretudo aqueles relativos ao confronto entre a tradição brasileira e a modernidade. Heróis, heroínas, vilões e mediadores, ou apenas meros personagens pretensamente representativos de tipos genéricos, são movidos por impulsos e decisões que os levam a encarnar virtudes e vícios, ou seja, valores sociais emergentes ou ameaçados por conjunturas de mudança e crise. Não é difícil reconhecer, na solução dramática do conflito, a mensagem não exatamente subliminar, pois o mais das vezes evidente, que traduz a solução dos conflitos em alguma forma de conciliação, condenação ou apenas demonstração de uma exemplaridade a ser tomada em seu intuito pedagógico.

No entanto, essa ficcionalização pode também conter deslocamentos e assimetrias, operar por meio de ironias e contrapontos mais ou menos sutis, forjar representações perturbadoras ou criar espaços de empatia e solidariedade social em representações que julgaríamos, a princípio, alinhadas de modo inequívoco com o *status quo*. Tendo sido adotada como forma de expressão de visões de mundo, a literatura o fez através de sua própria linguagem e sensibilidade, incorporando, além da tradição nacional e dos debates contemporâneos sobre a condição brasileira, códigos culturais e modelos externos consagrados. Por um lado, a correspondência entre ideias de autores distintos pode captar e sistematizar ideias genéricas que circulavam em seu tempo, os chamados “lugares comuns”. Não se trata, o mais das vezes, de

estabelecer influências, que talvez tenham importância secundária para o historiador, mas de buscar um substrato lógico que concatene ideias, comportamentos e opções ficcionais como parte de uma visão de mundo coerente, que pode ser o senso comum da época. Subversivos também existem, e esta identificação depende do delineamento de um consenso mediano. Observo que, para o pesquisador, o acesso a fontes auxiliares que estabeleçam relações entre autores – por meio de referências em cartas, artigos polêmicos em jornais, prefácios ou anotações em livros, por exemplo – seria muito bem-vindo.

O problema do cânone aponta para outro desafio, desafio esse que se impõe ao historiador muito mais do que ao pesquisador da área de Letras. O primeiro trabalho de um historiador pode ser de fato uma espécie de arqueologia da literatura, como os objetos quebrados e soterrados pelo tempo que nos dão acesso a um passado que não reconhecemos como parte de nós. Nesse caso, nossa fonte é produto de nossa própria pesquisa. Gostamos de acreditar que, em meados da década de 1920, os leitores brasileiros estavam todos entusiasmados com Mário e Oswald de Andrade, autores discutidos nas colunas dos jornais pelos leitores mais bem informados da época. Embora as novidades estéticas dos livros hoje tidos como canônicos sejam os aspectos mais ressaltados – e que podem também converter-se em tema de estudo para o historiador – talvez a pesquisa histórica venha a se beneficiar igualmente dos popularíssimos contos de Benjamin Costallat, esse sim lido profusamente pelo parco público brasileiro. A construção do cânone é um trabalho contemporâneo, ou pelo menos, operado na contemporaneidade, a partir de referências intelectuais legitimadas de acordo com algum princípio condutor. No caso brasileiro, representativo de um processo generalizado de modernização, a ideia da formação nacional constituiu esse eixo.

Há pelo menos dois grandes problemas aí. Para grande parte dos historiadores, ou mesmo a maioria deles, o critério de qualidade estética pode ser totalmente dispensável, em prol de uma qualidade expressiva. Tendemos a supor que as obras que “ficaram” representam seu tempo. Elas representam o nosso tempo, entretanto. Elementos político-ideológicos pesam excessivamente nas operações de valoração que conduzem à fixação do cânone. Outro problema é que, às vezes, a má qualidade literária é vista como tradução da insignificância do autor, que, se não foi capaz de sobreviver ao seu próprio tempo, de fato deve merecer o esquecimento. Ao menos para nós, historiadores, a significação de uma obra está em si mesma, naquilo que ela foi capaz de dizer em seu próprio tempo e sobre seu próprio tempo. O entendimento de seus instrumentos linguísticos e dos códigos estilísticos,

ambos historicamente localizados, é sem dúvida uma ferramenta que pode participar desse trabalho.

E, nesse sentido, estudar literatura pode e deve ser – também, mas não necessariamente, é claro – estudar a má literatura, o que nos conduz a desenvolver uma espécie de gosto pela falha, pois a própria falha pode ser tão eloquente quanto a mais sofisticada construção narrativa. Ultimamente, venho me deleitando com achados excêntricos como a literatura popular, infanto-juvenil ou nem tanto, de Menotti del Picchia, com a pedante literatura científica de Raimundo Morais, com os livros intencionalmente escandalosos de João de Minas, ainda que esteja também às voltas com Graciliano Ramos e Mário de Andrade. A alegria da descoberta é uma das grandes recompensas do trabalho simultâneo com a história e a literatura, quando nos deparamos com os extremos do gosto duvidoso ou da ética condenável, ou quando descobrimos algo que já conhecíamos, pois a forma de ler do historiador não é, necessariamente, a do leitor, como já observei antes. O efeito colateral desse processo é que alguém que se enfronha no *métier* da história e da literatura corre o risco de nunca mais voltar a ser apenas um leitor, capaz de mergulhar desinteressadamente no mundo da obra.

Retomo aí o fio que deixei solto, e que não por acaso correu solto ao longo dessa fala. Quero explicar porque eu “gostaria de propor não apenas a destituição da aura do Diabo, mas também da aura da literatura e da teoria”.

Uma das vantagens de trabalhar com literatura em todos os níveis de elaboração estética é que, por vezes, descobrimos flores no lodo e ervas daninhas no mais belo jardim. O julgamento daquilo que lemos é inevitável, e não creio que deva ser evitado, desde que provenha da análise e do trabalho de desmonte do texto que é o processo exegético, ou seja, desde que não seja um ponto de partida, mas de chegada. Se a pesquisa, a leitura e a argumentação mostram-se eficientes, desafiar a historiografia é algo bastante saudável, ainda que igualmente arriscado.

Minha já longa convivência com alunos, tanto da Letras quanto da História, deixou-me o sentimento de que existe no ar um gosto excessivo pela reverência. Tendemos a escolher nossos temas a partir daquilo que admiramos ou deploramos, reafirmando a admiração ou o desprezo por eles. No primeiro caso, tendemos a exagerar na caracterização de uma *persona*, o autor, um eu subjetivo peculiar convertido em entidade autônoma. A desmontagem do texto e a busca de fontes para uma leitura crítica intertextual, que rompem a mística do eu criativo, ajudam a combater esse problema. No segundo caso, o da obra condenável, nos arriscamos a apelar para um juízo moral que pode ajudar a

alimentar tradições crítico-historiográficas cômodas, e, pior que isso, avaliar o passado de acordo com os valores e as categorias de classificação que hoje abraçamos. Não é uma questão de presentismo, mas de anacronismo mesmo, atribuir, por exemplo, à elite letrada brasileira do final do século XIX, carente de ordenamento partidário e político consistente, os rótulos de esquerda e direita, traduzindo liberal como conservador ou estatista como socialista, fazendo com que a condição de elite letrada ou a consagração pública de um autor sejam lidas automaticamente como um imediato desinteresse social. Fazemos isso porque aceitamos por nossas as palavras alheias e compramos passivamente formulações críticas consagradas pela inércia. Assim, a pesquisa com autores esquecidos é imediatamente definida como reabilitação, como se o pesquisador tivesse um compromisso passionai com sua fonte. Ele pode ter, sim, um compromisso, porém racional, com seu objeto, mas não com sua fonte.

Na minha visão, a condição vital para o debate historiográfico é a abertura de perspectivas, não seu fechamento, abertura essa alimentada pela descoberta de fontes e pelo trabalho interpretativo, ou seja, pela concretude de um conjunto aberto e coerente de dados, e não de princípios abstratos e fechados, previamente consagrados. As referências historiográficas, teóricas e metodológicas são, assim, possibilidades a serem aventadas e testadas a partir de exemplos específicos. A história cultural e, particularmente, a intercessão entre os campos da historiografia e da literatura, não se constrói na busca de princípios, generalidades ou absolutos, mas de territórios e temporalidades particulares, nos quais as significações são constituídas por um autor em movimento, o pesquisador. É essa experiência, acumulada ao longo do tempo – ou seja, a vida longa do Diabo – que referenda a criação de algo que tenha a adicionar à produção de saber.

Cada vez mais sinto que a história que cada um escreve é em grande medida autobiográfica, justamente porque se constitui a partir das escolhas que fazemos dentro de um repertório infinito de possibilidades, escolhas que não se dão ao acaso, mas que, acredito, falam de nossas paixões tanto quanto dos nossos medos. Na maior parte das vezes, creio, essas opções são inconscientes. A concretização de uma pesquisa em história cultural enuncia nosso interesse pelo passado, nosso gosto pela pesquisa e o estudo, e também nosso desejo de compreender o mundo, por meio da construção criteriosa do pequeno mundo narrativo particular onde, criando história, criamos a nós mesmos como sujeitos. Vem daí meu entusiasmo com o trabalho voltado para as relações entre história e literatura, missão sempre pronta a abrir espaço para a compreensão das ferramentas e armadilhas da linguagem escrita, a ser cultivada

não apenas em nosso trabalho de analistas e leitores, mas também de criadores de outros textos. Se o escritor, como eu disse acima, é também um leitor, cada um de nós, pesquisadores, é também um escritor, ao qual cabe cultivar o fascínio pela linguagem, ela mesma um objeto histórico peculiar.

Encerro agradecendo mais uma vez aos promotores desse evento e ao público presente, propondo que cada um de vocês pare um pouco, em algum momento, para refletir sobre o quanto seu objeto histórico de escolha diz sobre você mesmo.

Muito obrigada, e uma boa Jornada a todos!

### Referências

ASSIS, Machado de. A nova geração (1879). In: **Obra completa de Machado de Assis**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

DANIEL, Ute. **Compendio de historia cultural**. Teorías, práctica, palabras clave. Tradução: José Luis Gil Arístu. Madrid: Alianza, 2005.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

ZILBERMAN, Regina. Os cronistas e o Conselheiro: uma história de divergências. In: GOMES, Gínia Maria (Org.). **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005